

### CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

#### ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 1.911, DE 2002

# REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a alteração das Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 018/97, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1° Fica alterado o subitem 3.2 das Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 018/97, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.2 - Uso Institucional ou Comunitário

Exceto: Lazer do tipo recreação;

Educação do tipo ensino seriado; Saúde;

Administração."

Art. 2° Fica alterado o gabarito da SHCS EQS 212/213, da Região Administrativa do Plano Piloto - RA-I, da seguinte forma:

I - taxa máxima de construção: (área total edificada/área do lote) X 100, Tmaxc = 180% (cento e oitenta por cento);

II - pavimentos: número máximo de 02 (dois)
pavimentos - térreo e mezanino até 50%
(cinqüenta por cento) do térreo;

III - mezanino inferior: localizado
imediatamente abaixo do térreo;

IV - 1° Subsolo: taxa máxima de ocupação de 75% (setenta e cinco por cento), destinado às atividades de apoio e garagem, não podendo ocorrer afloramento, e sua área deverá ser computada no cálculo da taxa de construção, descontando a área de estacionamento;



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

### ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

V - 2° Subsolo: taxa máxima de 85% (oitenta e cinco por cento), destinado à garagem e áreas técnicas, não podendo ocorrer afloramento;

VI - altura máxima da edificação: a partir da cota de soleira, fornecida pelo setor competente da Administração Regional, é de 9m (nove metros), incluindo qualquer elemento;

VII - estacionamento e/ou garagem: a implantação de estacionamento de veículos dentro dos limites do lote, em subsolos, na proporção de 01 (uma) vaga para cada  $80~\text{m}^2$  (oitenta metros quadrados) de área construída.

Art. 3° O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar e providenciará as adequações cabíveis no referido gabarito, no prazo de trinta dias a partir de sua publicação.

Art. 4° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2002.